Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina de Itaquaquecetuba

CNPJ/MF: 60.742.616/0007-55

CREMESP nº 31745

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Notas	2019	2018
Circulante		**1.467.547**	**1.476.569**
Disponibilidades	4	281.631	180.978
Contas a Receber		-	17.400
Adiantamentos a funcionários		4.881	28.296
Estoques	5	966.598	1.156.206
Despesas Antecipadas		54.499	50.749
Outros Créditos		36.157	42.940
Adiantamento diversos		123.781	-
Não Circulante		**377.849**	**10.018.561**
Depósitos Judiciais		-	9.667.166
Impostos a restituir	7	377.849	351.395
Permanente		**5.279.515**	**5.333.072**
Imobilizado	6	4.835.522	5.333.072
Direito de Uso (Arrendamento) NBC TG 06	6	443.993	-
Total do Ativo		**7.124.911**	**16.828.202**

PASSIVO	Notas	2019	2018
Circulante		**25.496.373**	**23.015.882**
Fornecedores		4.178.508	3.109.587
Obrigações trabalhistas		4.304.022	4.162.217
Obrigações sociais	8a	1.171.410	1.158.895
Obrigações tributárias	8b	2.295.472	2.034.434
Verbas e subvenções	10	860.830	-
Férias e encargos		11.027.462	9.717.054
Contas a pagar serviços terceiros		1.658.669	2.596.740
Provisão para contingências judiciais	9	-	236.955
Não Circulante		**5.916.800**	**16.442.296**
Provisão para contingências judiciais	9	1.866.764	1.436.390
Depósitos Judiciais		6.017	9.672.834
Contrapartida de Imobilizado		3.814.467	5.333.072
Arrendamento Locação NBC TG 06		229.552	-
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(24.288.262)	(22.629.976)
Total do Passivo		**7.124.911**	**16.828.202**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) no Exercício

Patrimônio líquido	2019	2018
No início do exercício	(22.629.977)	(21.283.313)
Transferências Patrimoniais	271.335	(1.346.663)
Déficit do exercício	(1.929.620)	-
No final do exercício	**(24.288.262)**	**(22.629.976)**

Demonstração do Valor Adicionado

	2019	2018
Receitas Operacionais Brutas	**130.995.121**	**126.696.393**
Com assistência médica hospitalar	130.309.620	125.856.000
Com doações, verbas e outras	685.500	840.393
Insumos Adquiridos de Terceiros	**43.502.462**	**40.589.137**
Materiais consumidos	17.853.745	17.077.645
Serviço prestados por terceiros	21.258.200	18.980.144
Despesas gerais e administrativas	4.390.517	4.531.348
Valor Adicionado Bruto	**87.492.659**	**86.107.256**
Retenções	**-**	**899.732**
Depreciação	-	899.732
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	**87.492.659**	**85.207.524**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**91.874**	**58.575**
Receitas financeiras	91.874	58.575
Valor Adicionado Total a Distribuir	**87.584.534**	**85.266.099**
Distribuição do Valor Adicionado	**87.584.534**	**85.266.099**
Pessoal e encargos	89.454.520	85.213.714
Impostos, taxas e contribuições	13.231	6.979
Despesas financeiras, juros, aluguéis	46.403	45.406
Déficit do exercício	(1.929.620)	-

Demonstração do Resultado do Exercício

	Notas	2019	2018
Receitas Operacionais Brutas		**131.040.592**	**126.709.562**
Receitas de atividades assistenciais		130.309.620	125.856.000
Com assistência médica hospitalar		130.309.620	125.856.000
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias		730.972	853.562
Com doações	15	6.600	4.536
Financeiras deduzidas das despesas	16	45.471	13.169
Verbas de investimentos		297.053	428.317
Outras receitas		381.847	407.540
Despesas Operacionais		**132.970.212**	**126.709.562**
Despesas com atividades assistenciais		**132.970.212**	**126.709.562**
Despesas com pessoal		89.454.520	85.213.714
Despesas administrativas e gerais		4.390.517	4.531.348
Serviços prestados por terceiros		21.258.200	18.980.144
Medicamentos e materiais		17.853.745	17.077.645
Depreciação / amortização		-	899.732
Impostos e taxas		13.231	6.979
Déficit do Exercício		**(1.929.620)**	**-**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto

Atividades Operacionais	2019	2018
Déficit do exercício	(1.929.620)	-
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	**843.054**	**(1.690.753)**
Depreciações e amortizações	808.674	899.732
Contingências	(236.955)	(1.243.822)
Transferências Patrimoniais	271.335	(1.346.663)
Variações no ativo e passivo circulante	**12.467.833**	**(4.371.496)**
Adiantamentos	(100.366)	(8.747)
Estoques	189.607	(300.849)
Contas a Receber	17.400	24.359
Despesas antecipadas	(3.749)	9.575
Despositos judiciais e impostos a restituir	9.640.711	(487.447)
Outros créditos	6.784	465
Fornecedores	1.068.921	501.947
Obrigações trabalhistas	141.804	(82.113)
Obrigações sociais	12.515	(45.035)
Obrigações tributários	261.038	(7.878)
Verbas e subvenções	860.830	(3.420.294)
Férias e encargos	1.310.409	(350.599)
Contas a pagar serviços de terceiros	(938.071)	(204.880)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**11.381.267**	**(6.062.249)**
Atividades de Investimento		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(864.479)	(270.486)
Baixas do ativo imobilizado	109.361	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(755.118)**	**(270.486)**
Atividades de Financiamento		
Aumento/Diminuição do exigível a longo prazo	(10.525.496)	6.239.047
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(10.525.496)	6.239.047
Variação de caixa e equivalente de caixa	100.653	(93.688)
Caixa e equivalentes de caixano início do exercício	180.978	274.666
Caixa e equivalentes de caixano final do exercício	281.631	180.978
Variação de caixa e equivalente de caixa	**100.653**	**(93.688)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. A Entidade: a. **Reconhecimento de utilidade pública:** A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina de Itaquaquecetuba tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral de Itaquaquecetuba, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, em 16 de dezembro de 2.011, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde regida pela Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1.998. b. **Áreas de atuação** A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. **Da manutenção** O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, donativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas. O resultado econômico que conseguir dos serviços que presta será aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde. d. **Da organização** A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Administração Hospitalar; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Adoção inicial do CPC 06 R2/ IFRS 16-Operações de Arrendamento Mercantil -** De acordo com a nova determinação definida no IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Desta forma, os contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter tratamento contábil semelhante, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A Administração, após analisar todos os contratos em vigor, concluiu que diversos se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Alguns desses contratos prevêem uma despesa de aluguel variável, com valores atualizados anualmente através de índices de inflação implícitos nos contratos ou se não identificável a última captação a mercado, cujo valor é reconhecido mensalmente. A Entidade adotou a IFRS 16 para o ano exercício de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior. Na adoção inicial foi utilizado os seguintes expedientes práticos requeridos pela norma: a) Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada por qualquer empresa do Grupo, líquida da inflação dos últimos 12 meses; b) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma. c) A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos cuja composição de valor dependa de variável; e d) O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Os bens foram reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais. O maior impacto se dará no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integramente no grupo do Imobilizado. **2.2.Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002-relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2019. De acordo com as exigências de divulgação contidas nos Pronunciamentos do CPC a Diretoria declara que somente foram divulgadas as informações que acredita ser relevantes **2.3. Bases para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. **a. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das subvenções, outras receitas e despesas é o de competência. As doações são apropriadas ao resultado quando recebidas; **b. Aplicações financeiras:** São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; **c. Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; **d. Ativo imobilizado:** Composto dos bens recebidos com Permissão de Uso do Governo do Estado de São Paulo por força do convênio firmado, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil; **e. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; **f. Férias a pagar e encargos:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; **g. Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está imune do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. **h. Verbas recebidas:** Classificados no passivo e reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário para confronto com as despesas correspondentes. A subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. **i. Uso de estimativa:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

3. Demonstrativo de Produção (não auditado): Relatório de Execução do Contrato de Gestão:

Item	Metas	Produção 2019	Variação	Produção 2018
Totais Saídas – Internações SUS	12.576	13.787	2,4%	13.454
Nº de Saídas Clínicas	8.112	9.236	2,2%	9.032
Nº de Saídas Cirúrgicas	4.464	4.551	2,4%	4.444
Nº de Consultas Ambulatoriais	32.676	31.534	-4,2%	32.862
Nº de Atendimentos de Urgência	54.000	58.309	4,5%	55.686
Nº de Atividades SADT	18.600	20.148	11,1%	17.909
Hemodiálise	19.656	18.269	2,3%	17.846

Outras Informações

Item	2019	2018
Nº de Leitos – Média	247	247
Taxa de Ocupação – Média	113,45%	110,37%
Permanência – Média	6,65	6,98
Nº de Partos Realizados	3.859	4.061

O Hospital Geral"Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba atende integralmente e sem distinção a toda população gratuitamente. **4. Caixa E Equivalentes de Caixa:** Estão representadas substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

Descrição	2019	2018
Fundo fixo	2.500	2.500
Subtotal	**2.500**	**2.500**
Aplicações financeiras	279.131	178.478
Total	**281.631**	**180.978**

5. Estoques: Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2019	2018
Drogas e medicamentos	361.040	391.947
Consumo hospitalar	264.628	304.597
Fios cirúrgicos	16.239	18.276
Banco de Sangue	2.652	9.885
Órteses e próteses	43.173	32.017
Demais estoques	278.866	399.484
Total	**966.598**	**1.156.206**

6. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição		2019			2018
Bens de Uso	**Taxas de depreciação**	**Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10%	6.134.079	(4.960.013)	1.174.066	1.697.963
Móveis e utensílios	10%	938.204	(735.885)	202.319	211.468
Máquinas e equipamentos	10%	1.642.193	(1.334.802)	307.391	444.623
Veículos	20%	208.166	(186.786)	21.380	21.380
Instalações	10%	96.552	(94.063)	2.489	2.497
Equipamentos de informática	20%	407.038	(349.708)	57.330	66.271
Subtotal		**9.426.232**	**(7.661.257)**	**1.764.975**	**2.444.202**
Imóveis					
Benfeitorias em Imóveis	4%	1.587.069	(260.650)	1.326.419	1.389.902
Edificações	4%	1.625.226	(836.264)	788.962	853.971
Terrenos		644.997	-	644.997	644.997
Subtotal		**3.857.292**	**(1.096.914)**	**2.760.378**	**2.888.870**
Imobilizações em andamento		**103.332**	**-**	**103.332**	**-**
Obras em andamento		**206.837**	**-**	**206.837**	**-**
Bens de Uso Locação/ Arrendamento (*)		**443.993**	**-**	**443.993**	**-**
Total imobilizado líquido		**14.037.686**	**(8.758.171)**	**5.279.515**	**5.333.072**

(*) Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento ao CPC 06 R2/IFRS 16, conforme nota 2.1. As benfeitorias em imóveis referem-se as construções e instalações em terrenos do próprio Governo do Estado e depreciados linearmente a razão de 4% ao ano. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos no início do exercício	**5.333.072**	**5.962.318**
Adições		
Aparelhos médicos e cirúrgicos	14.500	236.426
Móveis e utensílios	59.000	-
Máquinas e equipamentos	15.678	26.815
Equipamentos de informática	21.138	7.245
Imobilizações em andamento	103.332	-
Obras em andamento	206.837	-
Baixas líquidas	(109.361)	-
Depreciações	(808.674)	(899.732)
Bens de Uso Locação/Arrendamento	443.993	-
Saldos no fim do exercício	**5.279.515**	**5.333.072**

7. Realizável a Longo Prazo: Em 31 de dezembro os impostos a recuperar sobre as ações movidas pela entidade são apresentados da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2019	2018
Impostos a restituir (*)	377.849	351.395
Total	**377.849**	**351.395**

(*)Refere-se a impostos descontados indevidamente pelo SUS, e que se espera recuperar em razão da imunidade gozada pela entidade mantenedora.

8. Impostos e Contribuições: (a) Obrigações Sociais

Descrição	2019	2018
INSS a recolher	448.398	452.803
FGTS a pagar	719.786	702.909
PIS sobre folha a recolher	-	-
Outras Obrigações	3.226	3.183
Total	**1.171.410**	**1.158.895**

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação. **(b) Obrigações tributárias:**

Descrição	2019	2018
IRRF a recolher	1.780.536	1.647.990
Outras retenções de terceiros	514.936	386.444
Total	**2.295.472**	**2.034.434**

9. Provisão Para Contingências: Constituída pela Administração, de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, que a Entidade figura como ré. A entidade consoante NBC TG 25 só contabiliza a perdas prováveis, cujos montantes estão assim representados:

Descrição	2019	2018
Reclamações trabalhistas	-	211.369
Processos Cíveis	-	25.586
Contingências no passivo circulante	**-**	**236.955**
Reclamações trabalhistas	635.799	589.474
Prefeitura Municipal - Parcelamentos	86.566	171.364
Processos cíveis	1.144.399	675.552
Contingências no longo prazo	**1.866.764**	**1.436.390**
Total	**1.866.764**	**1.673.345**

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R$ 4.704.171 (Civil) e R$ 993.961 (trabalhista) em 2019, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que seja divulgada em nota explicativa. **10. Verbas e Subvenções:** Refere-se a recursos recebidos para investimentos como segue:

Descrição	2019	2018
Verbas a aplicar [(a)]	860.830	-
Total da conta	**860.830**	**-**

11. Imunidade Previdenciárias Usufruídas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a imunidade previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Descrição	2019	2018
Ordenados e salários	71.497.088	73.501.909
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%
Subtotal	**19.876.190**	**20.433.530**
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	1.594.785	1.404.524
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%
Subtotal	**318.957**	**280.905**
Total devido caso a entidade não gozasse de imunidade	**20.195.147**	**20.714.435**

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes (SAT/RAT) 2%. **12. Patrimônio Líquido:** Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Hospital Geral "Santa Marcelina"de Itaquaquecetuba é provido em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. **13. Verbas Recebidas: (a) Verbas Contrato de Gestão:** As verbas em 2019 foram liberadas face ao termo aditivo de retirratificação ao contrato de gestão, através do processo 2019 nº 2065384/2018 (Processo de origem n.º 001.0500.000.00034/2016), e demais termos aditivos conforme abaixo discriminado:

Verba	2019
Termo aditivo n.º 01/19	130.260.000
Termo aditivo n.º 02/19	72.000
Total	**130.332.000**

(b) Verbas recebidas para investimentos - As verbas para investimentos recebidas em 2.019 foram no montante de R$ 750.300 e diretamente classificadas no passivo, vide nota explicativa n.º 11, de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4-Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07).

Verba	2019
Termo aditivo nº 03/19	615.000
Termo aditivo nº 04/19	135.300
Total	**750.300**

(c) Verbas para projeto especial - Em 22 de Março de 2019 foi firmado o Termo de Retirratificação ao contrato de gestão nº 02/19 com o objetivo da realização do Projeto Especial "Corujão da Saúde" – Serviços de apoio diagnóstico e terapêutico Externo – Sadt externo 2019. Tem por objetivo realizar o Projeto Especial "Corujão da Saúde", nos meses de março a agosto do exercício de 2019 em conformidade com a Resolução SS nº 15, de 20 de fevereiro de 2019. Será repassado o valor R$ 72.000,00 para custeio deste projeto, sendo entre março a agosto de 2019. **14. Custo X Serviços Prestados (Não auditado):** Em atendimentos a Resolução do Conselho Federal de contabilidade 1409/02 que aprovou a ITG 2002 item 27 letra 'n' a qual revogou a Resolução CFC nº 877 NBTC 10.19 demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas.

Apuração Financeira SUS

Continua [...]

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

[...] Continuação

Exercício 2019

SUS	**Valor em Reais**
Total dos Custos	132.421.287
Total das Receitas	17.155.390
Resultado	**(115.265.897)**
Percentual – Déficit	-
Imunidade Tributária	
Imunidade INSS Hospital	20.195.147
ImunidadeCOFINS Hospital	-
Total das Isenções	**20.195.147**
Resultado com Isenções	
Resultado SUS	**(115.265.897)**
Resultado Isenções Geral	**20.195.147**
Resultado com Isenções	**(95.070.750)**

15. Doações Recebidas: No exercício foram recebidas doações de materiais e medicamentos no montante de R$ 6.600 (R$ 4.536 em 2018). **16. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2018 e de 2017, estão demonstrados abaixo:

Descrição	**2019**	**2018**
Despesa financeira		
Juros e multas	(21.510)	(14.676)
Despesas bancárias	(24.893)	(30.730)
Subtotal	**(46.403)**	**(45.406)**
Receita financeira		
Rendimentos aplicações	-	-
Descontos obtidos	91.874	58.575
Subtotal	**91.874**	**58.575**
Total	**45.471**	**13.169**

17. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da imunidade da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 16 de dezembro de 1.999, processo n.º 001.0001.002.426/99, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Regional Santa Marcelina de Itaquaquecetuba, conforme abaixo.

Descrição	**2019**	**2018**
Imunidade da cota patronal	20.195.147	20.714.435
Termos de permissão de uso	7.236.411	7.236.411
Total	**27.431.558**	**27.950.846**

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **18. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Seguradora	**Modalidade**	**Valores Segurados**	**Vencimento**
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000,00	15/07/2020
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000	20/10/2020
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000	25/09/2020
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	13.800	25/09/2020

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Ir. Rosane Ghedin
Diretora Presidente
Rodrigo Ronald H. Silva
CRC 1SP-290165/O-2

Relatóriodos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina–Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$ 24.288.262, quando o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R$ 24.028.826 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba é provido, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo. A continuidade operacional da Entidade dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório de atividades, conforme demonstrado na nota explicativa nº 02. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório de atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0
José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8
Registro CVM n.º 7.021

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras da **Organização Social de Saúde Santa Marcelina Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba** referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente á aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembléia geral deste Conselho.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020.
Ir. Giuseppina Raineri
Ir. Maria Theresa Lorenzoni
Ir. Carla Rosimeire Felix

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

COMPRAR UM CERTIFICADO
RENOVAR MEU CERTIFICADO
TENHO UM VOUCHER
CLIENTES DE GOVERNO
INSTALAR MEU CERTIFICADO
SUPORTE TÉCNICO

Acesse e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br